

# Carta Aberta das Entidades Representativas do Agronegócio sobre a Proposta de Reforma Tributária do Governo do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 13 de agosto de 2020

As entidades representativas do agronegócio gaúcho, abaixo identificadas, por meio deste documento, manifestam publicamente seu parecer em relação a proposta de reforma tributária encaminhada pelo Governo Estadual à Assembleia Legislativa em Regime de Urgência. Primeiramente, reconhecemos a necessidade de uma reforma tributária no Rio Grande do Sul para o ambiente econômico do Estado, embora o problema das finanças públicas esteja relacionado a falta de uma reforma administrativa com alterações no nível do regramento federal.

Não podemos concordar com pontos que penalizam somente o setor do agronegócio. Uma reforma tributária consiste na reorganização das formas de arrecadação do Estado e não podem servir de pretexto para aumento da carga tributária, mantendo majoradas para sempre o que deveria ser temporário. Além do mais, essa proposta aumenta a cumulatividade no setor agropecuário, que não participa da conta corrente do débito e crédito do ICMS e, por conta disso, hoje já não é ressarcido do imposto pago sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, peças de reposição de máquinas, investimentos e insumos, diferentemente dos demais setores.

Da forma em que está apresentada, a proposta representa um aumento de mais R\$ 1 bilhão nos custos de produção agropecuários já no primeiro ano, além da tributação sobre os alimentos que são levados aos consumidores. Embora o percentual sobre os custos possa parecer pequeno, o produtor não vive deles, mas de suas margens. Sobre a renda de um produtor de soja, o impacto dessa tributação equivale a 18% e, no de arroz, cerca de 27%, apenas como exemplos. Nos hortifrúteis esse impacto tende a ser maior.

Outro ponto de discordância está na falta de diferenciação entre os bens de capital e de consumo para a tributação do ITCD. Agravada pela proposta de aumento da alíquota do tributo, mesmo que até agora essa escolha tenha sistematicamente fracassado para a própria arrecadação.

Desse modo, **indicamos a não aprovação do projeto** para que ele seja mais amplamente debatido e reconstruído de forma que não traga prejuízos aqueles que mais oferecem ao estado. Sempre trabalhamos pela sua grandeza e não iremos mudar nossa postura e disposição na busca pelo crescimento econômico e social do Rio Grande do Sul, mas não podemos aceitar que isso ocorra de forma que penalize quem tanto faz por ele.

